

## 023ª Audiência Pública 14AGO2025

**Pauta:** Audiência Pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 028/25, que autoriza a concessão parcial dos serviços públicos de saneamento do Município de Porto Alegre.

**EDITAL. RETIFICAÇÃO. AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 028/25, QUE AUTORIZA A CONCESSÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.** A Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, comunica à comunidade porto-alegrense que as Audiências Públicas destinadas a debater o projeto acima referido terão as suas datas e/ou locais alterados conforme a tabela abaixo. Detalhes do projeto poderão ser obtidos em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/141278>. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail: [audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br](mailto:audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br). As manifestações, durante a audiência pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A audiência pública será transmitida pela TV Câmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo Youtube em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara>. Data: 14/08/25. Região: Glória. Endereço: Instituto São Benedito - Praça N. Senhora de Belém nº 89. Data: 21/08/25. Região: Noroeste. Endereço: Igreja N. Senhora de Fátima - Rua Napoleão Laureano, s/n. Documento assinado eletronicamente por Nádia Rodrigues Silveira Gerhard, Presidente, em 11/06/2025, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.

Documento assinado eletronicamente por **Nádia Rodrigues Silveira Gerhard, Presidente**, em 11/06/2025, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Boa noite a todos. Com a palavra a Ver.<sup>a</sup> Mariana Lescano, que presidirá este evento.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Boa noite a todos. Primeiramente, parabenizar, mais uma vez, o Instituto e as crianças que fizeram essa linda apresentação, abrilhantando mais ainda a nossa noite. Parabéns a todos os coordenadores, às crianças, foi emocionante e que possamos cada vez mais ter essas apresentações perto de nós, porque isso nos dá motivação para continuar.



Declaramos abertos os trabalhos.

Convidamos para compor a Mesa: Gelson Guarda, representando o prefeito, secretário adjunto da Secretaria Municipal Geral de Governo; Ver. Rafael Fleck

– o senhor gostaria de compor a Mesa? Agradece, mas está aqui presente –; Sr. Napoleão Zettermann, representando o DMAE, assessor especial para assuntos externos; Sandra Darui, coordenadora do Simpa; Edson Zomar, também representando o Simpa. As inscrições estão abertas, são dez inscrições: cinco a favor, cinco contra. Vamos iniciar, então, passando a palavra para o representante do governo, Gelson Guarda.

**SR. GELSON GUARDA:** Boa noite, senhoras e senhores. Prazer estar aqui representando a Prefeitura Municipal, o prefeito Sebastião Melo, e mais uma vez poder, numa noite fria, em que nós poderíamos estar em casa descansando, conversar com a comunidade. Este governo é pautado justamente pela pauta comunidade. Estamos presentes em todos os bairros, em todas as vilas, e, certamente, neste tema que é discutido, nós gostaríamos de ouvir e de transmitir o benefício do que está sendo proposto pelo governo, pelo DMAE. Um boa noite a todos, bom trabalho. O meu agradecimento à Ver.<sup>a</sup> Lescano, ao Ver. Fleck, à Isabel, ao Edson, ao Luiz e ao Napoleão, que estão aqui à Mesa. Bom trabalho a todos.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada. Lembrando que quem estão representando o Simpa são Sandra Darui e Edson Zomar. Agora iremos passar para a apresentação do DMAE, Napoleão, representando o DMAE.

**SR. NAPOLEÃO ZETTERMANN:** Se me permitem, eu vou ficar um pouquinho mais à direita para poder enxergar os *slides*. Primeiramente, eu cumprimento a Mesa, a Ver.<sup>a</sup> Mariana, também os demais vereadores presentes, cumprimento também o secretário Gelson, representando o governo, e os demais membros da Mesa e os presentes aqui. Vamos à apresentação.

(Procede-se à apresentação.)

**SR. NAPOLEÃO ZETTERMANN:** Eu sou o Napoleão Zettermann, venho representar o DMAE a fim de oferecer informações que possam ajudar no debate. Aqui, a gente inicia com um contexto em que o projeto de concessão chega ao DMAE. O contexto é o Marco Legal do Saneamento, a Lei Federal nº 14.026, de 2020, que estabeleceu metas para que, até 2033, a gente alcance 99% da população atendida com água potável e 90% da população atendida com tratamento de esgoto. Essas são as principais metas a serem alcançadas pelo Município em termos de saneamento.

Agora, também existem metas intermediárias, que são metas quantitativas de redução de perdas na distribuição de água e metas quantitativas de não intermitência no abastecimento de água, e também metas de melhorias nos processos de tratamento. Se nós não atendermos essas metas até 2033, o Município poderá ter restrição de acesso a recursos públicos federais e financiamentos. Qual é o cenário de Porto Alegre? Porto Alegre hoje vive isto: nós atendemos 99% do abastecimento de água, ou seja, hoje, já em 2025, estamos de parabéns, porque atendemos essa meta de abastecimento de água. Porém, algumas metas precisam ser melhoradas ainda no abastecimento de água, como as perdas e a intermitência, ou seja, a falta de água. Já tratamento de esgoto, nós temos quase 53%, o que não atinge a meta de 90% estabelecida pelo marco do saneamento. Então precisamos melhorar bastante nesse sentido. Existem duas tabelas que eu gostaria de apresentar para vocês, que representam bem o desafio que nós temos pela frente. Eu gostaria que vocês olhassem para essa linha vermelha aqui, onde diz “esgoto”. Em 2015, o Plano Municipal de Saneamento Básico nos orientou, nos identificou que nós teríamos que investir R\$ 1,7 bilhão em saneamento para que a gente tivesse as condições ideais. Se nós trouxéssemos ao valor de 2025, isso representaria hoje R\$ 3,5 bilhões a serem investidos em esgotamento. Esta segunda tabela mostra o que de fato acontece. Aquilo era o previsto, o necessário, e o que de fato acontece? De novo na linha vermelha, esgotamento, o valor total investido de 2015 até 2023 foi de R\$ 192 milhões em esgotamento, ou seja, R\$ 21 milhões anuais, em média. Isso significa que se a gente precisa de R\$ 3 bilhões de investimento e o

DMAE todo, investindo em água, esgoto e saneamento, investe R\$ 100 milhões/ano, se nós direcionássemos todos esses recursos apenas para o esgotamento, nós precisaríamos de 30 anos para alcançar essa meta.

Então, e a concessão? Então, falando sobre a concessão, esse é um instrumento, essa é a ferramenta, esse é o contrato administrativo que foi pensado para a gente poder alcançar essa meta. Aqui a gente encontra a concessão de serviços sendo largamente utilizada no País. Nós temos vários estados com diversos gestores, diversas orientações políticas, aplicando esse contrato de concessão, o que mostra que é uma ferramenta que serve muito ao interesse público, às políticas públicas. Olhem só, Casal, Alagoas, MDB; Cedae, no Rio de Janeiro, PL; Cagece, no Ceará, PT; Caesa, no Amapá, PDT; em Roraima, União; no Piauí, PT; em Pernambuco, PSD; no Espírito Santo, PSB. Todas as empresas e órgãos públicos e entidades que utilizaram a concessão como meio de alcançar as metas do marco regulatório.

Agora, qual a diferença entre concessão e privatização? Essa é, às vezes, uma dúvida que surge, então a gente quer trazer um pouco de informação quanto a isso. O que é a concessão? É a contratação. É um contrato que entrega, por um tempo, a execução de obras e a prestação de serviços. Por um tempo. Depois volta, de novo, para o município. O que é a privatização? É a venda, é a transferência permanente do ativo público. De quem são os bens? Essa é uma dúvida que também surge. Os bens, no caso de concessão, que é o nosso caso, são do município, eles estão à disposição do privado para executar os serviços que ele tem que fazer e, ao final, os bens retornam para o município, inclusive com as melhorias. Já na privatização, pertencem à iniciativa privada.

Agora, quem fiscaliza? No caso de concessão, município e agência reguladora. No caso de privatização, apenas a agência reguladora. Qual a diferença? O município está presente, fazendo a fiscalização, ele tem acesso à concessionária, ele tem acesso ao contrato e ele pode aplicar as sanções que são necessárias. Exemplos de concessão: Cedae, Sanepar, Compesa e o DMAE, no nosso caso. De privatização, temos a CEEE, a Sulgás, a Corsan e a Sabesp.

Exemplos de concessão aqui em Porto Alegre: temos a iluminação pública – aqui temos fotos de antes e depois, a gente vê a melhoria. Aqui também abrigos de ônibus, antes e depois, mais qualificados e conservados.

E na concessão de serviço, quais são as premissas que a gente buscou nesse projeto? Primeiro, manutenção de todos os servidores; a captação e tratamento de água permanecem no DMAE; o atendimento ao marco do saneamento é obrigação da concessionária; investimentos e atendimento às áreas vulneráveis do Município; fiscalização dos serviços pelo Município, como a gente falou; e os recursos de outorga, aqueles que vierem da licitação, serão reinvestidos nos serviços do DMAE, de forma de a gente poder receber esses recursos e aplicar nas áreas que ainda ficaram com o DMAE.

E o projeto de lei? Bom, só um destaque, a Lei Federal nº 9.074 dispensa a necessidade de lei autorizativa para concessão de saneamento básico. Ocorre que o governo entendeu que era importante ampliar o debate com os representantes eleitos da população. Por isso chegamos aqui, para que a gente possa demonstrar os limites que foram apresentados pelo próprio Executivo.

A lei é curta e simples, ela tem apenas quatro artigos, e a gente vai passar pelo que é especial em cada um deles. No art. 1º, o parágrafo único merece atenção: não serão suscetíveis de concessão os serviços de captação e tratamento de água bruta. Ou seja, é apenas distribuição de água e esgotamento sanitário. Captação e tratamento de água bruta permanecem no DMAE. Esse é o art. 1º. Art. 2º: a concessão de serviços públicos de saneamento não acarretará extinção de cargos públicos ou prejuízo à estabilidade. Esse foi uma premissa estabelecida pelo Executivo para que o quadro do DMAE fosse totalmente preservado. O art. 3º: os recursos arrecadados nas licitações, que foi o que a gente falou agora há pouco, reverterão para modicidade tarifária, investimentos, melhorias, manutenção e operação de serviços de saneamento, em especial, drenagem. E o art. 4º apenas reflete em outras leis os artigos anteriores.

Os próximos passos. Nós estamos aqui: protocolo e apreciação do projeto de lei. Temos ainda a retomada dos estudos de estruturação, consultas e audiências públicas sobre o projeto, em que a gente discutirá o projeto, discutirá as

obrigações do projeto, teremos análise do Tribunal de Contas, a publicação do edital e a assinatura do contrato. Essas são as próximas etapas. Muito bem. Então, espero que as informações possam contribuir para um debate qualificado. Obrigado.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada. Agora iremos passar de pronto, o tempo 15 minutos, para a Sandra, representando o Simpa.

**SRA. SANDRA DARUI:** Também vou ficar aqui na direita, para vocês enxergarem melhor e eu poder mostrar as coisas. Eu sou a Sandra, eu sou servidora há 23 anos da Prefeitura Municipal, e uma das coisas que a gente acha... Saúdo todos e todas aqui, em especial, a grande Glória, com a comunidade que veio aqui, conheci a Katiuscia hoje, que é da Associação dos Moradores da Cascata, fiquei muito feliz que eles vieram, e convido vocês... Nós temos uma urna ali, para quem é contra o projeto, e estou vendo várias pessoas com nossos adesivos, que, se não votaram, ainda votem. Nós temos um plebiscito, e quem é a favor também vote. O plebiscito é isto: é um momento democrático que a gente tem, o que, na verdade, a Prefeitura deveria estar possibilitando, para que as pessoas escolhessem o que elas realmente querem fazer. Dando início à nossa apresentação, eu vou mostrar por que a gente está defendendo que não se deve fazer essa concessão.

(Procede-se à apresentação.)

**SRA. SANDRA DARUI:** Nós temos uma frente que está congregando várias entidades e que está levantando essa luta também. Não é só nós, servidores do DMAE, ou do Simpa, nós temos uma frente popular na cidade inteira. Então, na verdade, a justificativa do projeto não é técnica. Nós, servidores do DMAE, somos contra o projeto. E por quê? Porque, na verdade, é uma decisão política das últimas três gestões municipais, que quer, porque quer fazer a privatização. E, quando eles dizem que, na verdade, ele é um contrato, eu concordo, é um

contrato, é um grande contrato, e que, se der errado, vai causar muito prejuízo. Por quê? E eu vou dar exemplo de um contrato que deu errado. Não está demorando mais para o nosso pessoal da manutenção de água vir aqui para fazer quando vocês chamam?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. SANDRA DARUI:** Isso. Pois é. Sabe o que deu errado? Esse contrato. E hoje eu fiquei sabendo que o outro contrato está sem empenho, o contrato de repavimentação. Vai aumentar o número de cavaletes. Desde maio que o contrato... É um contrato só do DMAE, que faz manutenção de rede de água, cavalete, quadro, tal. Deu problema, e vocês estão sentindo isso aqui. Nós temos que produzir mais água por causa desse contrato. Então imagine se der um contrato que nós vamos assinar por 35 anos! Se esse contrato der errado? Então é isso aí. Ninguém não, só as crianças. E nós não vamos estar trabalhando mais no DMAE. Quem vai estar trabalhando não conhece como é que funciona. Então é um risco financeiro muito grande, porque não tem reversão desses contratos. Se reverte, é feita outra concessão, porque nenhum de nós vai estar aqui. O DMAE está com 1.000 funcionários. Daqui a 35 anos, vai ter o quê? Vai ter 100 funcionários. Nós não vamos estar aqui para fazer isso. Vai continuar sendo feita a concessão. E incerteza de investimento. Esses recursos vão ser direcionados realmente para a drenagem? Será que a gente não precisa redirecionar para que vocês tenham água e não falte água para vocês? Eu acho que sim. O que a gente diz? A gente sempre cita as experiências, e vocês sabem de cor uma experiência que deu muito errado. Equatorial, CEEE Equatorial. Quem é que está contente com a CEEE Equatorial? Ninguém está contente. Deu muito errado. Mas a gente tem uma experiência de saneamento municipal que foi Uruguaiana. Perguntem para alguém de Uruguaiana se está feliz com a BRK Ambiental. Ninguém está. E não cumpriram nenhuma das metas. A mesma coisa em Manaus. Manaus é quase já 20 anos de concessão. Sabe quanto é o percentual de esgotamento sanitário em Manaus? É 20%. E é Aegea é a mesma

que quer comprar o DMAE, 20%, 20 anos de concessão. O DMAE já tem capacidade para tratar 80%. E, se a gente considerar a solução primária, que é fossa e filtro, que é tratamento, já tem 78% de esgoto tratado em Porto Alegre. Tem exemplo no Brasil, no mundo, não vou citar, se vocês quiserem, vão olhar. E, se fossem tão boas essas empresas, elas tinham mudado o nome delas. Tem um monte de gente que não sabe que a CEEE foi privatizada, e que nem que a Corsan foi privatizada. Na verdade, o nome delas é Equatorial, agora é Aegea, e elas são privadas.

Outro problema que vocês têm: “Ah, tudo bem, então, terceirizamos.” A concessão é uma terceirização bem grande, e aí o que vocês veem? Problema na coleta do lixo. Teve vários problemas em 2023, 2024. Todo mundo enfrentou isso aqui. E não foi só na zona de vocês, foi em toda a Porto Alegre. Onde tem *container*, onde não tem a coleta. E outro que vocês têm, que nós temos dentro do DMAE, leitura de hidrômetros, desde 2014, foi terceirizada. E a gente, assim, está difícil. Cada contrato que vem, a gente não consegue, não consegue cobrar, eles não conseguem cumprir. E quem é que sofre? Vocês, que pagam a conta. E nós, funcionários, que temos que ir atrás das coisas que eles fazem errado. Saneamento é um problema em Porto Alegre, não é um problema... Nós também, funcionários do DMAE, queremos atingir o marco legal. Nós também, nosso objetivo está escrito no Plano Municipal de Saneamento Básico, que nós fizemos, mas o problema é de gestão. Coincide o problema de investimento, até 2012, nós investimos mais de R\$ 200 milhões por ano. O que aconteceu? Eu, Sandra, funcionária do DMAE, não quero investir, eu e meus colegas? Não, tem um problema de gestão. Quer dizer, se freou muito nos últimos oito anos, investimento em esgotamento sanitário, muito. Vocês podem olhar aqui, não vou esmiuçar números, mas depois vou mostrar para vocês que, realmente, precisa de muito dinheiro para esgotamento sanitário. Por que eu estou dizendo que é gestão? Porque em 2023, naquele ano que teve enchente em setembro, novembro, ao invés de o prefeito e de o ex-diretor Maurício estarem resolvendo os problemas do DMAE, estavam apresentando a mesma concessão que estão apresentando agora. Indo dentro do DMAE, indo dentro de outros organismos,

apresentando. O que aconteceu em 2023? Ao invés de eles fazerem o trabalho deles, que era gerir o DMAE, eles estavam apresentando isso. Em 2024, alagou a cidade. E o que aconteceu? Desmonte sem precedente dos serviços públicos levou a Porto Alegre ao colapso. Todo mundo ficou sem água aqui, não ficou? Ficou no verão de 2024 e ficou quando deu a enchente. E, em 2025, o que aconteceu? Agora, dia 14 de julho, o Tribunal de Contas está falando tudo isso que estou dizendo aqui para vocês. O Tribunal de Contas imputou várias pessoas por não terem feito o papel delas. Ao invés de gerir, querem vender. É isso.

E outra realidade que nunca tinha acontecido no DMAE, nos meus 20 anos de DMAE, tenho 23 anos de Prefeitura, eu trabalho no DMLU também, é que o DMAE está sendo alvo de CPI. Tem uma CPI ocorrendo na Câmara de Vereadores. Por quê? Porque tem um desmonte, que é isso que a gente denuncia há oito anos. O DMAE está sendo desmontado de propósito. Então, o que aconteceu? O mesmo diretor que tinha que estar fazendo as coisas, o que aconteceu com ele? Um deles foi alvo de propina, está lá respondendo à CPI, e o outro saiu do DMAE e, dois meses depois, está lá, trabalhando na Aegea. Não pode. Não pode. Isso não pode. E outra: um gerente nosso de licitações, que era CC, foi pego em casa com R\$ 145 mil. Quem de vocês já teve esse dinheiro na mão ou guardou ele em casa? Ninguém, entendeu? E todos eles são indicados pelo prefeito, pelo atual prefeito que se reelegeu.

Na realidade, o Tribunal de Contas, esse mesmo aqui: “Tais circunstâncias denotam pleno conhecimento do prefeito municipal sobre a situação de fragilidade do DMAE.” A gente não está bem. Eu não venho aqui dizer que a gente está bem; eu venho aqui dizer que a gente precisa que olhem para nós e devolvam a nossa autonomia. É isso que eu quero dizer. Ele tinha pleno direito, que era um serviço essencial, e a falta de reposição de pessoal causou impactos diretos na prestação de serviços de vocês.

Isso aqui, agora, é bem recente. Quando dizem que o DMAE não tem capacidade de investir, é mentira. Nós fizemos um programa, que foi o PISA – Projeto Integrado Socioambiental –, que melhorou nossa capacidade de

tratamento para 80%. Nós podemos tratar 80% do esgoto, mas ainda não conseguimos fazer ele chegar para o tratamento. Isso aqui, na época, quando foi inaugurado, eram R\$ 600 milhões, em 2014. Atualizando esses valores agora, só naquele programa, o DMAE investiu R\$ 1,5 bilhão. Então, é mentira quando dizem que o DMAE não tem capacidade.

Eles dizem que são R\$ 10 bilhões, e nós questionamos esse valor. Por quê? Porque eles pegaram o Plano Municipal de Saneamento Básico, de 2015, que tinha que ser atualizado e não foi, e esqueceram que o DMAE fez um monte de coisas durante esse tempo e que o DMAE já tem dinheiro captado para fazer várias coisas.

Na água, que vai impactar diretamente vocês aqui, Belém Velho, Glória e Cascata, a gente tem o novo sistema da Ponta do Arado que, pelo projeto deles, não está pronto. E, se ficar pronto, eles podem conceder à iniciativa privada. Então, é mentira quando dizem que distribuição de água e tratamento não pode; o que é novo, que vai vir depois da concessão, pode. E esse é o que vai beneficiar diretamente vocês. Então, já está em andamento para a água, que eles disseram que eram R\$ 900 milhões, mas já tem R\$ 340 milhões para a Ponta do Arado, que são vocês aqui. São João, também, na Zona Norte, tem R\$ 84 milhões, e mais outros que foram feitos todos no PAC, nesse PAC da Caixa Econômica Federal.

Esgotamento sanitário: sim, precisamos muito. Nós temos que construir muita rede e nós temos que ampliar a capacidade de tratamento da Zona Norte. Aqui, na Zona Sul, não; nós temos que fazer rede para conduzir para a ETE Serraria. Vocês têm dois lados que contribuem, vocês estão bem no alto, um pouco de esgoto vai para um lado e o outro vai para o outro. Mas o DMAE já tem R\$ 120 milhões lá para o sistema Humaitá-Anchieta, que é a ETE Navegantes. Esse, realmente, o DMAE precisa investir muito. Só que, nos últimos anos, não investiram quase nada em esgoto. Isso é de propósito.

Drenagem: tem muitos recursos também que têm que ser empregados aqui, mas já têm captados R\$ 2 bilhões para onde alagou, no Sarandi, e mais R\$ 1 bilhão para as estações que alagaram o Centro e o Sarandi, para aquelas estações, as

casas de bombas que vocês conhecem. Dos R\$ 4 bilhões a R\$ 6 bilhões, já tem R\$ 3 bilhões destinados para o DMAE. E, se vocês quiserem, depois tem um cronograma, não vou dizer, então, já tem um planejamento. Na verdade, eles tinham que estar aqui dizendo para vocês assim: “Pessoal, nós vamos melhorar a vida de vocês. O DMAE está fazendo isso, está fazendo aquilo.” Não, mas o que eles querem mostrar para vocês é o que eles querem conceder.

Este aqui é o mesmo *slide* que está atrás do prefeito naquela foto. Quando ele diz que não haverá aumento da tarifa, não teve nenhuma cidade que foi concedida, privatizada, parceirizada, que não houve aumento.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. SANDRA DAURI:** Vai, e ela tem que pagar imposto. Nós não pagamos como autarquia. Quase 30%, o imposto. Nós não pagamos. Hoje, saiu uma notícia que o CEO da Iguá, que detém a Águas do Rio e tem várias outras concessões, foi demitido. Vocês sabem por que ele foi demitido? Eu tive que dar risada; só tenho que rir, porque ele não deu lucro e dividendos para os acionistas. Por isso que ele foi demitido. Não porque ele não tratou bem a água da população do Rio, não porque ele não fez as obras de esgoto, mas porque ele não alcançou os lucros que aqueles empresários, os três grandes grupos que contribuem lá, ele não conseguiu o lucro. É verdade, isso não acontece lá na Cedae. Vocês podem procurar em Cedae em Rio de Janeiro, que é um modelo que eles estão fazendo. Hoje o diretor do DMAE, inclusive, está no Rio de Janeiro. Quando dizem que o DMAE presta serviço à população com o controle da água, não, o DMAE vai perder o controle da água. Porque saiu do DMAE, quem vai controlar é a concessionária. O DMAE não vai fazer mais o controle. Quem vai controlar é a concessionária. O patrimônio existente continua sendo público. Sim, continua, mas gerido por outras pessoas. Não tem nenhuma garantia. O patrimônio do DMAE não é nem do prefeito, nem meu, nem ninguém, é de vocês, de todo mundo da cidade. E o parceiro é um prestador de serviço, não é um proprietário. Ele não é. E é irreversível. O DMAE pode retomar... Não

é reversível. Eu não conheço nenhuma concessão que foi reversível. Todas foram até o final. No final, ou se reestatizou, e a cidade tomou, ou se fez a concessão de novo.

Na realidade, muitos de vocês, o primeiro endereço quem fez foi o DMAE. Às vezes, chegou a rede de água antes de ter pavimento, antes de ter qualquer outra coisa, e vocês têm um numerozinho, uma plaquinha amarela, que diz DMAE lá. Vocês devem ter visto muitas casas assim. Na realidade, o DMAE agora tem 38 mil ramais com tarifa social. E nós queremos que continue isso e, inclusive, que se amplie isso. Porque a tarifa social é a garantia de que a pessoa vai ter água, vai ter dignidade, vai ter um endereço, e que isso vai ser bem tratado, porque a gente sempre tratou bem a água e o esgoto.

Nós temos um plebiscito popular para vocês votarem. É só apontar para o QR Code. Nós temos um Pressione, que é para os vereadores, porque os vereadores vão votar no projeto que foi apresentado. Vocês votam nesse Pressione, e vai um *e-mail* para cada vereador para pressionar, para eles votarem contra. Eu espero que vocês pensem, que vocês repassem os nossos materiais, que é bem importante, porque, na verdade, nós queremos defender o futuro dessas crianças que estão aqui. Se a gente tivesse alguma dúvida... Eu sou funcionária, vou me aposentar daqui a quatro anos, três anos e alguns meses. Eu não tinha que estar aqui. Eu tinha que estar trabalhando, estar descansando para amanhã trabalhar. Mas nós estamos aqui, porque, se nós tivéssemos alguma dúvida de que esse projeto é ruim para a cidade, nós não estaríamos aqui. Nós temos certeza absoluta disso. Boa noite para vocês. Agradeço vocês estarem aqui numa noite em que vocês poderiam estar descansando para ver um tema que é tão importante para a nossa cidade e para a vida de vocês. Boa noite. Obrigada. (Palmas.)

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Boa noite. Obrigada, Sandra. Agora nós vamos passar para as falas das pessoas que estão participando. Solicito que quem vier falar fale em frente à televisão, é um pedido, e fale o seu nome, e aí comece a fazer a sua fala.

O Sr. Daniel Gomes, Fórum das Periferias, está com a palavra.

**SR. DANIEL GOMES:** Boa noite a todas e todos, aos vizinhos aqui da Belém Velho, Glória, Cascata, Ver.<sup>a</sup> Vera Lescano, secretário, Luiz Afonso, Sandra, Edson e demais presentes. O governo fala que não é uma privatização, que é uma concessão, uma concessão de 35 anos. Eu, daqui a 35 anos, vou ter 70 anos. O DMAE, dos atuais servidores não vai ter nenhum. Quem vai estar disposto a fazer essa luta? Serão os nossos netos. Olhem o legado que a cidade vai deixar, que esse governo quer deixar, uma água privatizada. O governo gosta de falar de concessões. Teve audiência em que isso se comparou até à iluminação pública. Eu falo de uma concessão muito real, que é das empresas de ônibus. Só no ano passado, o governo colocou R\$ 180 milhões de reais, e a passagem aumentou, e Belém Velho vai perder uma linha de ônibus no sábado. Então, não é uma simples concessão, é uma perda do direito social à água. Ou vocês acham que todo mundo que tem a tarifa social vai continuar mantendo? Olhem o que aconteceu com a Equatorial; começou uma caça à conta social. Os problemas que hoje o DMAE enfrenta são de uma terceirização dos seus serviços, como foi muito bem colocado. Aqui na frente tem um cano que está extravasando água, vazando água por uma má-ligação. A gente já fez pedido, veio a terceirizada, botou uma pedra em cima. É assim que o privado cuida da água pública. Então, imaginem 35 anos de uma Aegea, de uma Equatorial, ou qualquer uma dessas, cuidando da nossa água. E a água vai aumentar. Como foi muito bem dito, a empresa vai pagar imposto e vai querer lucro, enquanto o lucro do DMAE, que deveria ter sido investido na melhoria do saneamento, do tratamento, ampliando a distribuição de água, está guardado para a boa vontade do governo Melo. O Melo não quer que o povo tenha água e saneamento. O Melo quer a venda da água, quer a venda do DMAE. Então, tem que haver um levante popular de todas e todos. Hoje, eu falo em nome do Fórum Social das Periferias, que é uma luta diária nossa, do direito que a população trabalhadora, quando chega em casa, tenha água para tomar, lavar uma roupa, o que não acontece no verão. E vocês sabem por que aqui na região falta muita água? Uma

das culpadas é a Equatorial, que quando dá vendaval, um dos principais serviços afetados é o das casas de bombas e de abastecimento. No último caso que foi há uns dois meses, a EBAT Cascatinha ficou cinco dias paralisada, porque o governo não quis pagar hora extra aos servidores, e trabalhador não trabalha de graça. Só foi resolver quase uma semana depois, e somos nós aqui que sofremos. Então, imaginem com um DMAE concedido, como eles gostam de dizer, mas a realidade é um DMAE privatizado, entregue ao lucro privado. Então, vamos à luta em defesa do DMAE público, com o direito à água para todas e todos. (Palmas.)

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada, Daniel. Agora solicitamos Katiúscia Gonçalves, Associação de Economia Solidária, Cultura e Educação, da Cascata.

**SRA KATIUSCIA GONÇALVES:** Boa noite. Sou a Katiúscia, sou da Cascata, ali debaixo do Morro da Embratel. Vim aqui dar o meu depoimento e por que eu defendo o DMAE público e água para todas, todos e todes. Eu fui ter água na minha vila, encanada, com 12 anos; estou com 48 anos. Antes disso, era só água de poço. Eu enchia dois baldões para a minha mãe todo dia, quando chegava do colégio, para ela poder ter água, certo? Por que a gente não tinha água, sendo que em outras partes de Porto Alegre já tinha água? Porque não tinha vontade política de ter água. Acabamos conseguindo a tal da água, com muita organização popular ali. E, hoje, a gente enfrenta o que no verão? Falta de água de três, quatro, cinco dias. Em plena pandemia, a galera chegava cansada do serviço... Porque na pandemia parou quem tinha dinheiro, a periferia não parou. As empregadas domésticas continuaram indo trabalhar na casa das patroas. Não foi? Os serviços essenciais continuaram, os trabalhadores continuaram. Até casa de ração botou leite para vender e virou essencial, e o trabalhador ia. Imagina esse trabalhador chegar em casa e não ter água, gente, que é um item de higiene. E aí a gente vem percebendo um desmonte do DMAE. A gente olha aquele bando de cavalete pelas vilas: “Ah, o DMAE é uma droga, não é, gente?”

Esse DMAE não faz nada.” Mas foi que nem a outra moça falou. Eles tinham 3 mil funcionários há 30 anos atrás, hoje, eles têm mil. O que uma gestão tem que fazer, ao invés de estar procurando comprador para a água, para o sistema de água, que deveria ser público? Deveria estar pensando nisso. Como é que eu faço para subir a água todos os dias lá para aquele pessoal do morro? No Morro da Cruz, chega a faltar água por uma semana, e as pessoas lá. Eu sou de uma cozinha solidária, como é que nós vamos distribuir as marmitas se nós não temos água? E aí, concessão, nome bonito para dar, mas a gente sabe o que é privatização, a gente está vendo isso com a saúde. Eu estou esperando há um ano, uma consulta, um exame na tal da parceria público-privada - PPP, que ia melhorar a minha vida. A gente liga, liga para o DMAE, liga para o 156; aí, muito bem, a gente tem a Dina aqui na nossa região, que é uma garota muito competente, é uma funcionária muito boa. A gente põe ali, não é Heloísa, no FROP, e ela dá um jeito de ir, mas não é para ser assim. A gente tem que investir em canalização. Como é que lá na Av. Nilo Peçanha tem água, tem canalização? Por que aqui, na zona pobre, nas periferias, a gente também não pode ter esse serviço? Será que é falta de capacidade? Tenho certeza de que não. Acho que é falta de vontade. Talvez a gente seja meio invisível, a gente serve só para trabalhar para eles; na hora de estar lá, como empregada, a gente serve; na hora de nos dar o que é nosso de direito, não tem. Partes da minha comunidade ainda, pasmem, em 2025, não tem água. A galera depende de carro-pipa. Vocês sabem o que é isso, gente? Quem aqui passa por isso? Pois, então, tem várias casas, várias famílias que hoje não tem água, dependem de carro-pipa. O quê? É um vereador muito querido e tal, que dá lá, como ele é legal, porque ele tem um pessoalzinho ali, então, ele leva lá também o carro-pipa. Aí, a gente volta para os currais políticos. O cara me dá água todo ano, sou obrigada a ir lá votar nele. Que democracia é essa, que não dá água para todo mundo? A água é um bem público, todo mundo tem que ter a sua água. A água é saúde! Então, a gente tem que defender; é por isso que estou aqui defendendo o DMAE, defendendo a água pública. O governo Melo tem que se preocupar, estar pensando em fazer concurso público para atender melhor a população, estar mapeando essas

regiões que não têm a sua canalização correta ainda. Eu tenho um esgoto; eu já fiz lá na minha comunidade, a “festa do buraco”: dia sim, dia não, é a água de merda escorrendo, desce lá de uma lomba, para na frente da minha casa porque eu ainda moro aqui, moro no pé da lomba, ela para ali. Todo dia, é carro passando, vindo para cima da gente aquela água, com as crianças vindo do colégio. É a escola que passa dois, três dias sem água. Na enchente, a gente recebeu água de todo mundo, gente, mas, da Prefeitura, a gente não recebeu água. Então, é isso, eu quero dizer para vocês que é muito importante a gente estar aqui. O DMAE é público, e a água é nossa. Água não é mercadoria!

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada. Agora chamamos o Sr. Marcos Henrique Hahn Calvete.

**SR. MARCOS HENRIQUE HAHN CALVETE:** Boa noite a todos e a todas, cumprimento a Mesa e todo mundo que veio aqui porque se interessa por um assunto que é fundamental para a nossa vida, para a vida de todo mundo. Sou servidor do DMAE, sou químico do DMAE, trabalho no DMAE há 25 anos; quando eu entrei no DMAE, lá atrás, o meu trabalho era fazer o controle de qualidade da água, vereadora. Eu andava por toda a cidade. A gente tem, no DMAE público, mais de 300 pontos, residências, escolas, hospitais, onde a gente, diariamente, coleta amostras de água e analisa nesse controle de qualidade da água. Inclusive, quando eu fazia esse trabalho, um dos locais onde eu coletava água era a 15 metros daqui, numa casa aqui na Praça Nossa Senhora de Belém; então, eu sei como é feito esse controle; esse é um controle que é feito pelo DMAE público. Então, o DMAE público controla a qualidade da água que é distribuída à população. Ao mesmo tempo que o DMAE controla a água, o DMAE presta esclarecimentos e dá satisfações para vários outros órgãos de controle, como órgão público que ele é. O DMAE presta contas para a Vigilância Sanitária dos resultados dessa água; o DMAE presta contas para o Ministério Público; o DMAE presta contas para os vereadores, eventualmente, quando eles fazem queixas, e eles têm livre acesso para pedir informações, e o

DMAE sempre presta esses esclarecimentos. O DMAE presta contas para os órgãos ambientais, Fundação Estadual de Proteção Ambiental, a Fepam, enfim, o DMAE é fiscalizado. E é fácil fiscalizar o DMAE, porque o DMAE é um órgão público. O órgão público, ao contrário do órgão privado, da iniciativa privada, é obrigado a fazer tudo o que a lei determina. A iniciativa privada pode fazer tudo o que a lei não proíbe. Existe uma diferença enorme entre uma coisa e outra. Então, se a iniciativa privada pode fazer tudo o que a lei não proíbe, então, quando ela acha uma brecha, ela se beneficia dessa brecha e não faz. A iniciativa privada, quando assume uma empresa de saneamento, vocês sabem o que ela faz? A primeira coisa que ela faz? Vocês acham que ela contrata pessoas para cuidar do controle de qualidade da água? Não. A primeira coisa que a iniciativa privada faz, quando assume uma empresa pública, é contratar os melhores escritórios de advocacia. Porque, assim, ela vai ter condições de descumprir tudo aquilo que o órgão público cumpria quando desempenhava as suas funções. Então, essa é uma primeira questão que eu gostaria de deixar registrado e que acho que é muito importante a gente ter no radar.

O representante da administração veio falar e falou sobre o tratamento de esgoto, que a administração quer conceder apenas o tratamento de esgoto. Eu quero também lembrar mais uma coisa ao representante da administração, eu trabalho há dez anos no tratamento de esgoto, como químico. E tem pessoas aqui que acompanham o meu trabalho também diariamente. A gente se orgulha do trabalho que faz no DMAE. Para onde vai o esgoto da cidade? Vocês sabem? Vai para o Guaíba. E de onde vem a água que a gente bebe? Do Guaíba. Então, tratar esgoto é tratar água. Não existe diferença. Se a gente descuidar do tratamento de esgoto, ele volta para a nossa caixa d'água. Então, vir dizer que é só o tratamento de esgoto, isso é balela, a gente não pode aceitar, porque tudo é uma coisa só, é tratamento de água. E o DMAE, agora eu vou falar... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.)

Obrigado, vereadora, eu já vou terminar. Agora eu vou falar um pouquinho sobre o tratamento de esgoto. O DMAE tem ótimos números, apesar de todo o sucateamento que a gente tem sofrido no tratamento de esgoto. Apesar de

atrasos nos investimentos, que a gente está há quase dez anos numa letargia que a administração vem impondo ao órgão público. Então, a gente tem que começar a ir para cima da administração, porque não dá mais para gente ficar nessa paralisia. Eu vou finalizar, apesar de eu ter muita coisa para dizer, vereadora, eu agradeço. (Palmas.)

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada. Alexandre Weber, Unidade Popular. O senhor tem cinco minutos, por favor, aqui na frente.

**SR. ALEXANDRE WEBER:** Boa noite, me chamo Alexandre, faço parte da Unidade Popular. Quero primeiro agradecer as falas antes de mim aqui, que foram falas muito boas em defesa do DMAE público. E a minha fala também vem nesse sentido, de DMAE permanecer público. E eu queria chamar a atenção para algumas coisas. A primeira delas é como é feita a eleição, porque o candidato vai lá, se vende como gestor. Mas qual é o trabalho de gestão que ele faz? Trabalho de gestão de vender a cidade para meia dúzia de empresários, para meia dúzia de amiguinhos empresários, engravatados, engomadinhos, vender a cidade. Que gestão é essa? Isso é um atestado de incompetência que isso tem que ser colocado. Inclusive, indo para a lógica do lucro, para ter cada vez mais gente investindo. E, em vez de colocar água, que é um bem humano importantíssimo, coloca para gerar mais lucro, para depois distribuir dividendos para os amigos que têm dinheiro para investir, para ficar cada vez mais rico. Também queria trazer um outro fato da hipocrisia dos vereadores de direita, porque eles se colocam a favor da família.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. ALEXANDRE WEBER:** Pois é. Mas aí eu fico pensando: e a família do servidor do DMAE que vai ser demitido? Eles pensam na família do servidor do DMAE que vai ser demitido? Não pensam. Porque, se não tivesse demissão, se fosse ter investimento, se fosse ter mais contratação, não precisava nem ter

cláusula de estabilidade. Por que tem cláusula de estabilidade? Porque, quando privatiza, a lógica é do lucro. Eles vão demitir tudo o que eles podem para aumentar o lucro, para depois distribuir para cada vez mais gente que tem dinheiro ficar cada vez mais rico. Temos que trazer essa denúncia de um Município que está entregando o seu bem público para meia dúzia de empresários. Acho que isso é uma coisa importante de se colocar.

E também quero falar sobre essas audiências que estão acontecendo que, na verdade, estamos vendo, não está nem cheio aqui, então, infelizmente, talvez a população pudesse comparecer mais, mas, infelizmente, essas audiências são audiências de fachada. Se eles quisessem ouvir a população de verdade da cidade de Porto Alegre, eles fariam um plebiscito, mas eles não fazem, porque têm medo da opinião do povo, porque o povo é contra essa privatização. Então é importante colocar isso de forma bem clara e mostrar, até faço a pergunta para vocês aqui: quem está aqui presente, quem é contra essa privatização? Levanta a mão, por favor. Beleza. Estamos vendo aqui uma audiência com praticamente 100% das pessoas, então que anote isso. Anote que a população de Porto Alegre é contra a privatização. A população que veio nesta audiência, que está presente aqui nesta noite de frio, aqui no Belém Velho, é contra a privatização. Então, não vem fazer audiência de fachada e achar que está ouvindo a população, sendo que não está. Isso tem que ser deixado bem claro. Eu acho que é isso. Valeu. (Palmas.)

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada. Como vereadora, eu só gostaria de reestabelecer que não haverá demissão no projeto que está sendo enviado para a Câmara. Não há o que se falar sobre os servidores que já estão em serviço, trabalhando, serem demitidos por causa da concessão, que não é privatização. Muito obrigada. Pode ficar gravado. Heloísa Helena, comunidade do bairro Belém Velho. Sim, pode falar.

**SRA. HELOÍSA HELENA LEÃO VIÑOLO:** Boa noite a todos. Não vou nem citar a Constituição, que diz que a água é um bem essencial à vida e está garantida

na nossa Constituição. Também não vou citar que a comunidade da Glória, hoje, não se faz presente aqui, porque estão com toque de recolher lá embaixo, e eles não puderam subir. Por isso que tem pouca gente aqui hoje. Acabei de receber a mensagem da conselheira do OP – Orçamento Participativo – da região. Então, assim, a água é um bem essencial. As pessoas aqui são tudo novas, mas eles querem voltar o tempo que para os pobres tinha uma torneira para buscar água e subir morro com uma lata na cabeça. É isso que vai acontecer, porque se eu pegar o sorvete que a irmã está vendendo ali na frente para vender, eu não vou vender pelo preço que ela está vendendo, eu vou querer lucro em cima. Se eles vão continuar tratando a água e passar para a privatizada, ou para a terceirizada, ou para a concessionária, essa empresa vai querer lucro. Se ela vai querer lucro, para quem vai subir o preço da água? Para nós, que já não temos muita água, porque, Belém Velho, falta água um dia assim e o outro também. E aí nós vamos ficar sem água e sem direito a ter essa água, porque não vamos ter dinheiro para pagar a conta. Prova disso é a empresa que foi contratada para ler os relógios, que consegue ler um número que não está no relógio. E a gente não consegue depois pagar essa conta. Vai lá ao DMAE quinhentas vezes para negociar, e vai para análise, análise, e não vem resposta. E é isso...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. HELOÍSA HELENA LEÃO VINOLO:** Vai gastando o ônibus, vai gastando tudo e não consegue resolver. Os funcionários que estão lá não vão ser demitidos, vereadora, mas eles vão se aposentar, e aí vai ficar tudo na mão da privatizada. Ou a senhora acha que eles vão viver eternamente funcionários e não vão morrer, não vão se aposentar e não vão sair de lá? Daqui a 35 anos, ao contrário de muitos, eu estarei com 102 anos. Não verei a desgraça que estará essa cidade, infelizmente. E a prova de que não funcionam legais essas privatizações que visam lucro, e esse lucro não é só para o empresário, porque tem caixa dois, e a prova disso é a SMED, que deu rolo. (Palmas.) Tem caixa dois. Todas as paradas de ônibus que tem aquele *outdoor* com

propaganda, não é de graça. Aquilo ali bancaria o sistema de ônibus gratuito para todos os moradores de Porto Alegre. Mas vai para onde aquele dinheiro? Melhorou o ônibus? O nosso ônibus da Carris era o melhor ônibus do Brasil. Hoje em dia é o pior. A nossa água já foi considerada a melhor do Brasil. Hoje em dia está sucateada. E é isso que nós estamos aqui discutindo. E o prefeito tem a Câmara na mão, e eles estão fazendo essas audiências porque em janeiro, quando ele tentou aprovar a privatização, a gente fez pressão lá na Câmara, e ele não conseguiu passar isso. Passou só a FASC; o DMAE ele não conseguiu. Mas agora ele está fazendo essas audiências para ganhar tempo para depois fazer e dizer que a gente concordou, e aí, quando tem pouca gente, eles dizem: “Ah, mas a maioria não foi por que está de acordo.” E é isso que nós temos que ver. Os filhos de vocês vão ter dinheiro para pagar água a preço de ouro? Porque se tu saíres de Porto Alegre e fores tomar água na Corsan, é três, quatro vezes o preço que a gente paga em Porto Alegre. Agora, eu não conheço nenhum empresário que vai comprar um negócio para não ter lucro. Se vocês conhecerem, me apresentem, porque nenhum empresário vai comprar algo, aceitar uma concessão, se ele não tiver lucro. A única empresa que pode trabalhar para as comunidades carentes, sem visar lucro, é o governo público, porque nós é que pagamos o maior imposto desta cidade. Nós não temos direito a sonegar, nós não temos direito a isso, porque já vem descontado no chiclete que a gente compra, e vai para eles. E aí nós é que pagamos quando eles inventam de privatizar, quando eles inventam de dar concessão, e aí eles são maioria na Câmara, e eles votam o que eles querem e não nos ouvem. E aí está o erro nosso, porque a gente acredita neles quando eles vêm aqui e dão um churrasquinho e um galetto, e votam nos caras que vão lá só para defender os interesses dos ricos e dos empresários. E eles estão defendendo a família deles, dos filhos deles, dos netos deles e dos bisnetos deles, não as nossas. (Palmas.) E é isso que vocês têm que ter e multiplicar isso na cidade. Pega o ônibus e vai falando. Belém Velho tinha ônibus até a pandemia. Hoje em dia, a Cinderela não poderia morar aqui, porque tem que voltar para casa às 11h da noite. A Cinderela podia ficar até a meia-noite. E isso foi o que deu privatizar e concessões.

Então, se nós não pensarmos no amanhã, quem vai sofrer é o filho de vocês. Eu não tenho filhos, mas quem tem filho, e eu amo as nossas crianças aqui, olha o lindo trabalho que elas apresentaram aqui. E a gente vai dizer para eles que não tem futuro, que a água era um bem essencial quando nós éramos jovens, mas agora é um privilégio de quem pode.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Para finalizar.

**SRA. HELOÍSA HELENA LEÃO VINOLO:** Era isso. Obrigada. (Palmas.)

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Muito obrigada. Pessoal, eu não vou abrir aparte, porque os cinco minutos que eram destinados a quem era contrário à concessão já foram cinco pessoas inscritas, realizaram as suas falas, e agora nós vamos passar para a finalização desta audiência. Início com dez minutos de consideração final pelo DMAE.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Então é o DMAE.

**SR. NAPOLEÃO ZETTERMANN:** Então nós abrimos mão da fala.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** O governo abriu mão da fala. Vamos passar então para a Sandra. Não?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** O Edson Zomar fará a fala pelo Simpa.

**SR. EDSON ZOMAR:** Boa noite a todos; depois de ouvir todas as falas aqui, inclusa a própria fala da administração, fica difícil não ser repetitivo. Mas eu acho que fica caracterizado que uma gestão, se pressupõe que ela tem que ter uma percepção, uma visão e um interesse voltados ao interesse público, e o que nós ouvimos aqui de conjunto é a demonstração inequívoca de que o DMAE público estatal é o melhor para a cidade. O modelo apresentado com a palavra concessão nada mais é, como a gente diz, uma forma de privatização facilitada. Facilitada, porque não há história de reversão a não ser com indenização; não há história de reversão a não ser com custo social altíssimo. Nós vemos agora a Sabesp, em São Paulo, há pouco tempo, os danos que tem em nível de esgoto, o fim de tarifa social, aumento da água, e com orgulho de estarem faturando bastante, ter subido os índices na Bolsa de Valores, por quê? Porque a conta subiu, a mão de obra diminuiu, o vencimento de quem trabalha diminuiu, a tarifa social se eximiu, a questão do esgoto não é cuidada, enfim, essa questão se dá pelo quê? Não é só por maldade, é porque a lógica do público é atender o público, ser bem-gerido e custa somente para manter e aprimorar o serviço, enquanto a lógica do privado é o quê? É ter o menor custo possível em nível de investimento, em nível de custeio e em nível de mão de obra, e a maior arrecadação possível por quê? Não só porque custa mais para pagar imposto, mas porque tem uma coisa que é mais do que imposto, que é a necessidade do dividendo para os acionistas, para o verdadeiro parceiro privado. E o engraçado é que o privado não faz investimento com dinheiro privado, ele faz investimento com o dinheiro público do BNDES. Então, é um negócio onde não tem concorrência, na verdade, é um mercado cativo e, na verdade, não é um mercado, é um monopólio privado. Se chama monopólio natural, mas é um monopólio privado. O que a gente pode colocar aqui? Não dá para se dizer que o DMAE investe R\$ 100 milhões e vai precisar de 35 anos, não é verdade isso. Ou alguém acha que a Iguá, que a Aegea, que a Equatorial – inclusive, abrindo parênteses, Porto Alegre pode entrar na história como a primeira cidade refém de uma tomada e uma torneira de uma mesma empresa – vão investir dinheiro seu? Não. Vão buscar dinheiro junto ao BNDES, que é dinheiro público. Então,

essa questão não é verdadeira. Eu não quero dizer que há uma inverdade, mas essa é a realidade da coisa. Então, por que a administração não pode, depois de todo esse processo que a gente está vivenciando agora, fazer uma reflexão? Porque eu acho que, na vida, assim como qualquer um de nós, independe do sentido político de gestão, se pode fazer uma reflexão: há tempo de reverter isso, de o DMAE voltar a ter o seu foco no atendimento à população, fazendo o quê? Terminando a Ponta do Arado, que já devia ter sido terminada desde o ano passado, não tendo deixado tanto tempo o Sarandi abandonado, com o esgoto sendo lançados 130 litros por segundo. A questão própria da fuga d'água, que, 10 anos atrás, era em torno de 25%, hoje chega a quase 40%, por quê? Porque, nos últimos oito anos, em vez do foco ser atender à população, o foco foi se encaminhar o negócio com o parceiro privado. Parceiro privado, e por isso a gente disse que não há questão partidária ideológica, o falecido prefeito João Dib, conservador de direita, era parceiro, sim, até o último momento, na defesa do DMAE público e estatal. Parceria se faz com a população, e é essa parceria que a gente defende, a parceria com a população; parceria com a população significa o quê? Fazer o melhor necessário para atender à demanda que existe. E o que fazer? O DMAE ter autonomia, ter o foco técnico em cumprir o que é a sua missão de conjunto, repor os quadros servidores, executar o planejado e buscar, sim, financiamento para melhorar o DMAE público e estatal, porque o mesmo financiamento que vai financiar a Aegea ou a Equatorial, pode financiar o DMAE público e estatal. Basta o governo sinalizar para o BNDES, fazer esse encaminhamento. Por que não fazer isso? Essa é a questão de bom senso, vamos tirar fora a questão política, independente de qual o partido defenda a questão de concessão, nós defendemos o serviço público, nós entendemos que tanto na área do saneamento como em qualquer área, numa sociedade desigual como a nossa, há necessidade, sim, da prestação do serviço público com qualidade e com custo acessível, principalmente em áreas onde não há concorrência, como é o caso do saneamento como um todo, não há como ter concorrência. Então, não tem por que deixar a cidade refém de monopólio, onde a parte, pela proposta que está sendo colocada, pública, vai ficar refém de um

comprador só, que é o parceiro privado, por um contrato de 35 anos, com uma taxa de retorno de dividendos garantida em 8,71, como era no estudo passado, ou seja, mesmo que dê tudo errado, ainda vai ter lucro, e, para isso, vai ter que contingenciar a verba da Prefeitura destinada a outras áreas. Então, tudo isso tem que ser refletido. Eu acho que a gente pode acolher a crítica no bom sentido construtivo, fazer essa reflexão a tempo, ainda temos mais seis audiências, para que esse debate se transforme num processo de ganho da cidade, mantendo o DMAE público e estatal, e permitindo a ele funcionar e trabalhar. Esse é o desejo, eu tenho certeza, de todos nós aqui, e a expectativa é que o governo faça essa reflexão. (Palmas.)

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Muito obrigada. Pessoal, então, nós queremos agradecer a presença de todos, agradecer a presença do Simpa, do secretário Gelson Guarda, representando o prefeito, dos servidores do DMAE, do diretor, representando o DMAE, Napoleão Zettermann. Muito obrigada, estamos encerrado a audiência pública. Muito obrigada, que Deus abençoe.

(Encerra-se a audiência pública às 20h35min.)